

WEBINAR

Prevenção de desastres e aspectos técnicos e jurídicos em segurança de barragens de interesse da atuação do MP

08 de setembro de 2021 (quarta-feira), das 9h30 às 12h
(Transmissão Live Teams)

Justificativa: O evento, realizado em parceria com o CAO-Cível e de Tutela Coletiva – Meio Ambiente, abordará as melhores práticas relacionadas à prevenção de desastres, bem como os principais aspectos técnicos e jurídicos em segurança de barragens de interesse da atuação ministerial.

O evento irá tratar sobre o papel do MP na Lei da Política Nacional de Segurança de Barragem, as principais resoluções sobre o tema, bem como classificações, documentos obrigatórios, dentre outros aspectos que possam subsidiar a atuação ministerial. Também contará com a visão de técnicos do IPT – Instituto de Pesquisa Tecnológica - e do DAEE – Departamento de Águas e Energia Elétrica, que irão discutir sobre questões relacionadas à segurança estrutural de barragens e respectiva gestão de riscos, bem como avaliação de impactos à jusante e formas de fiscalização.

Considerando os desastres ocorridos em Mariana e Brumadinho (MG), os quais resultaram na inestimável perda de incontáveis vidas, além de grande impacto na economia local e em danos avassaladores ao Meio Ambiente, desnudando a não implementação efetiva da Política Pública de Segurança de Barragens;

Considerando a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010 - que disciplina a Política Nacional de Segurança de Barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais -, e sua importante e recente alteração pela Lei nº 14.066, de 30 de setembro de 2020, que introduziu uma série de dispositivos para privilegiar a segurança das barragens;

É manifesta a necessidade de aprimoramento do conhecimento institucional acerca do tema, para a efetiva compreensão do panorama legislativo e das questões técnicas mais recentes envolvidas, a fim de buscar uma atuação conjunta, integrada e simultânea no acompanhamento da fiscalização das condições de segurança das barragens existentes no Estado de São Paulo, bem como da conveniência de indução de política pública suficiente para atender a demanda e afastar riscos à Vida e ao Meio Ambiente;

Atuar na prevenção de desastres revela o inegável o interesse institucional no debate do tema.

Abertura

PAULO SÉRGIO DE OLIVEIRA E COSTA – Procurador de Justiça. Diretor do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional/Escola Superior do MPSP.

MARIO AUGUSTO VICENTE MALAQUIAS – Procurador de Justiça. Secretário Especial de Políticas Cível e de Tutela Coletiva do MPSP.

ROS MARI ZENHA – Geógrafa. Pesquisadora do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT).

Exposições

– O PAPEL DO MP NA LEI DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA DE BARRAGEM

LEONARDO CASTRO MAIA – Promotor de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais. Coordenador das Promotorias de Justiça de Habitação e Urbanismo do MPMG. Doutorando na Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

– SEGURANÇA ESTRUTURAL DE BARRAGENS

WILSON SHOJI IYOMASA – Técnico do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT). Doutor em Geotecnia pela Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo. Professor colaborador da Universidade Federal do Paraná.

– AVALIAÇÃO DE IMPACTOS A JUSANTE DE BARRAGENS

OMAR YAZBEK BITAR – Técnico do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT). Doutor em Engenharia pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Pesquisador e docente do IPT.

– FISCALIZAÇÃO DE BARRAGENS NO ESTADO DE SP

NOBORU MINEI – Técnico do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE). Doutor em Engenharia Hidráulica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo.

– GESTÃO DE RISCOS EM BARRAGENS

MARCELO FISCHER GRAMANI – Técnico do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT). Mestre em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo.

Mediador

LUIS FERNANDO ROCHA – Promotor de Justiça MPSP. Secretário Executivo do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente (GAEMA). Assessor Descentralizado da área de Meio Ambiente do CAO-Cível e de Tutela Coletiva.

Público: Integrantes do MPSP, membros e servidores dos Ministérios Públicos Estaduais e técnicos do Instituto de Pesquisas Tecnológicas e do Departamento de Águas e Energia Elétrica.

Inscrições e informações: Evento gratuito, com transmissão ao vivo pela plataforma Microsoft-Teams. A inscrição pode ser feita pelo preenchimento de formulário online, disponível na página do CEAF/ESMP (www.esmp.mpsp.mp.br), **até às 17h do dia 03/09/21**. A lista de inscritos estará disponível no site da ESMP.

Membros e servidores do Ministério Público de outros estados e técnicos do IPT e do DAEE devem realizar a inscrição com o e-mail institucional.

O link de acesso à transmissão e as instruções serão enviados para o e-mail informado na inscrição.

Haverá emissão de **CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO**, sendo necessário realizar a inscrição prévia no evento, participar da transmissão **ao vivo** e registrar presença (o link será encaminhado para o e-mail de cadastro). O certificado estará disponível a partir de 15/09/21 no portal do aluno (esmp.overseebrasil.com.br).

Realização:

Escola Superior do Ministério Público de São Paulo – CEAF/ESMP
Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Cíveis e de Tutela Coletiva do
MPSP – CAO-Cível